

## EDUCAÇÃO E TRABALHO: REQUISITOS DO DESENVOLVIMENTO E DA SUSTENTABILIDADE

---

*Emília Maria da T. Prestes<sup>1</sup>*

*UFPB/CE/PPGE/CNPQ*

---

<sup>1</sup> Professora doutora Associada II da Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Educação, DHP e do PPGE. Pesquisadora do CNPq.  
*emilia.prestes@pesquisador.cnpq.br.*

**Resumo:**

O texto discute a problemática da educação de pessoas jovens e adultos em suas relações com a educação, trabalho, desenvolvimento e sustentabilidade. Parte do pressuposto de que na contemporaneidade, apesar das exigências educacionais e de qualificação profissional, a alfabetização continua sendo um mecanismo de vital importância para o ingresso e preservação dos trabalhadores nos seus postos de trabalho, mesmo admitindo que a alfabetização por si mesma já não é mais suficiente para garantir a entrada e a permanência desse trabalhador no mercado de trabalho. Para confrontar esse enunciado com a realidade empírica considera histórias de vida e de trabalho de pessoas jovens e adultas, trabalhadoras de uma usina de açúcar localizada no município de Santa Rita, no estado da Paraíba.

**Palavras- Chave.**

1) Relação entre alfabetização e trabalho; 2) relação entre educação, desenvolvimento e sustentabilidade; 3) educação de jovens e adultos.

Após a V Conferência Internacional sobre Educação de Jovens e Adultos – A V CONFITEA - celebradas em Hamburgo, Alemanha, no ano de 1977, representantes da América Latina e do Caribe consideraram a necessidade de priorizar políticas públicas relacionadas com a educação do jovem e do adulto para os projetos de desenvolvimento e sustentabilidade regional e a construção de uma sociedade mais justa. Para incentivar iniciativas governamentais e não governamentais das regiões, elaboraram um Plano de Ação contendo sete temas prioritários relacionadas com a educação dessas populações.

Sem desconsiderar a importância dos sete temas<sup>2</sup>, para incentivar estratégias de melhoria da qualidade da educação para essa população tratarei de comentar os aspectos relativos a alfabetização, ao trabalho e a relação entre educação e o desenvolvimento local e sustentável. Constitui a minha intenção verificar o papel da alfabetização/escolarização e da qualificação para o trabalho, na melhoria das condições e qualidade de vida dos trabalhadores jovens e adultos - aqui concebida como desenvolvimento e sustentabilidade - colaborando para a discussão já estabelecida em diferentes setores da sociedade. A dúvida relacionada ao tema é: *No contexto da reestruturação produtiva e da sociedade do conhecimento, que exigem altos níveis de formação educacional, a alfabetização é ainda capaz de contribuir com a garantia do trabalho e com a melhoria das condições e qualidade de vida (desenvolvimento e sustentabilidade) desses trabalhadores? Se afirmativo, como?*

Parto do pressuposto de que, na contemporaneidade, apesar das exigências educacionais e de qualificação profissional, a alfabetização continua sendo um mecanismo de vital importância para o ingresso e preservação dos trabalhadores nos seus postos de trabalho e para modificar itinerários de vidas, mesmo admitindo que a alfabetização por si mesma já não é mais suficiente para garantir a entrada e a permanência desse trabalhador no mercado de trabalho. Para confrontar esse enunciado com a realidade empírica, considero histórias

---

<sup>2</sup> As sete áreas temáticas da Educação de Jovens e Adultos são: Alfabetização, Educação vinculada ao trabalho, Educação, cidadania, direitos humanos e participação; educação dos camponeses e indígenas, educação e juventude; educação e a equidade de gênero; Educação de adultos, desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável.

educacionais e de trabalho de pessoas jovens e adultas, trabalhadoras de uma usina de açúcar localizada no município de Santa Rita, no estado da Paraíba.

### **I – A educação de jovens e adultos no contexto das mudanças**

As mudanças operadas no mundo à partir dos anos de 1970, requerendo novas interpretações sobre a relação trabalho-educação e desenvolvimento e sustentabilidade, propiciou novos olhares e políticas voltadas para as populações detentoras de baixos níveis de escolaridade e de qualificação. Uma das grandes questões desafiadora do mundo globalizado dos anos de 1990 era encontrar alternativas para atender os novos requisitos de desenvolvimento e da sustentabilidade postos em ação, considerando a quantidade de jovens e adultos desprovidos de escolarização e de qualificação e, portanto, impossibilitados de atender aos novos requisitos da produção. Com isso amplia-se as situações de exclusão social<sup>3</sup>, provocando instabilidade e inseguranças na sociedade, na ordem social estabelecida e nos indivíduos.

No caso brasileiro, a constatação do Banco Mundial de que o “sustento dos trabalhadores na agricultura, na indústria e nos serviços depende cada vez mais da aquisição de aptidões básicas como a alfabetização e as quatro operações” (Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial: 1995, 42), batia de frente com uma realidade que na metade dos anos de 1990 apresentava cerca de 74 milhões da sua População Economicamente Ativa – PEA – com menos de quatro anos de estudos, sendo 30% analfabetos declarados ou funcionais.

Foi neste período que o governo brasileiro, apoiando-se nas orientações da Conferência Mundial de Educação para Todos de 1990, na Declaração de Hamburgo – a V CONFINTEA - de 1997, e nas das diferentes comissões e organismos não governamental que atuam em rede de cooperação na América Latina e Caribe, começou a privilegiar a alfabetização e a educação de pessoas jovens e adultas como direito humano e como uma proposta central dos seus

---

<sup>3</sup> Entende-se a exclusão social nas privações múltiplas: baixa escolaridade, baixa renda, emprego inexistente ou inseguro, moradia pobre, tensão familiar e alienação social (Arjan de HANN e Simon MAXWEL, 1998).

planos e projetos educacionais, acentuando a estreita relação entre educação, pobreza crítica, democratização política e inclusão. Os novos enfoques da EJA como estratégia capaz de responder as demandas do desenvolvimento local, regional e nacional, ganhou relevo nas políticas públicas educacionais destinadas a essas populações previamente ausentes da escola, derivando-se daí a criação da SECAD (Secretaria de Educação Continuada e Diversidade), encarregada planejar e organizar as políticas de educação de jovens e adultos com problemas de acesso e permanência na educação escolar.

Em relação a qualificação profissional o governo brasileiro seguindo as orientações da OIT e o exemplo de inúmeros outros países – sobretudo europeus como Espanha, França e Portugal - implantou através do Ministério do Trabalho e Emprego e da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional – SEFOR – e com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, uma rede de educação profissional em todo o país, integrado ao “projeto mais amplo de modernização das relações capital-trabalho, consolidação da estabilidade econômica e conquista da equidade social no País” (SEFOR, 1996,10). Esta rede, denominada de “a nova institucionalidade da Educação Profissional no Brasil” - um dos projetos prioritários do governo federal da época passou a ser estruturada através do Plano Nacional de Educação Profissional – PLANFOR – e através dos Planos Estaduais de Qualificação – PEQS, se dispondo a ofertar programas de educação profissional para os trabalhadores em parcerias com a sociedade civil.

Com a mudança de governo no ano de 2002, emerge uma nova proposta nas políticas de qualificação do trabalhador comunicada através de um novo Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQ e idealizado para a construção de um novo ciclo de desenvolvimento nacional através de três eixos: a) promoção da inclusão social e redução das desigualdades sociais; b) promoção da geração de trabalho, emprego e renda e o crescimento sustentável e c) promoção e expansão do acesso à cidadania e o fortalecimento da democracia. Estes desafios, alicerçados na qualificação para o trabalho, trouxeram como objetivos básicos à perspectiva do trabalhador, principalmente o de pouca escolaridade e renda, adquirir melhores condições para enfrentar as exigências do mundo do trabalho

em transformações. Por suas características essas políticas educacionais e de qualificação assumiu as novas orientações da educação de jovens e de adultos previstas pelos documentos internacionais da VI CONFINTEA e, também, com as propostas de desenvolvimento e de sustentabilidade adotadas pelo modelo brasileiro.

## **II - A Educação de Jovem e Adultos e a reestruturação produtiva**

O fato do Brasil direcionar as suas novas políticas de desenvolvimento e de sustentabilidade em conexão com para a universalização da educação básica e a qualificação das suas populações jovens e adultos em condição de vulnerabilidade e de exclusão, não o tornou o um país livre dos efeitos negativos da reestruturação produtiva e das suas conseqüências nas condições de vida do trabalhador. O desemprego, a desproteção do Estado, a excessiva competição, as desigualdades sócio econômicas regionais, a exploração e destruição da economia, do ecossistema global e a concentração de poder, aprofundava as crises no mundo do trabalho, na vida social e nas próprias condutas humanas (Elster, 2002), acentuando a necessidade de diminuir os desequilíbrios e as desigualdades sociais. A construção de um novo compromisso social, abrangendo a defesa e o fortalecimento nacional, regional, local e individual, tanto no plano econômico e sócio-político como no plano das necessidades subjetivas ( Paiva, 2001) e objetivas, incluiu a revisão e fortalecimento da educação de adultos, defendida como um dos espaços promissor para atender as demandas emergentes e possibilitar mudanças individuais e coletivas. No ano de 2001, os índices de abandono de 12,0 % no Ensino Fundamental regular e de 16,7% no Ensino Médio, acrescidas de uma distorção idade-série de 39,1% nos primeiros oitos anos e 53,3% no três últimos, além de abranger 12,4% da população de 15 anos e mais analfabeta (PNAD, 2001), exigia revisões nos modelos de currículo em pauta no sistema educacional nacional. A relação educação e desenvolvimento exigia uma maior oferta de escolarização, maior qualificação, maior capacidade e conhecimento dos professores e da escola.

Independentemente das interpretações sobre a necessidade ou desnecessidade da educação de massas para atender ao modelo produtivo adotado no Brasil, requerendo – ou não – trabalhadores mais escolarizados ou qualificados para atender aos novos requisitos do mundo do trabalho, (PROESQ, p: 1-2), o país presenciava impotente as perdas na qualidade do trabalho por falta de cobertura legal, baixos salários e precarização da ocupação. No final dos anos d 1990, os trabalhadores de pouca escolaridade e qualificação se submetiam cada vez mais aos precários trabalhos existentes e a um processo de desvalorização simbólica. ( HIRATA, op.cit. p.53). Esta desvalorização, introjectada na identidade social e pessoal do indivíduo, ao se projetar na sua auto-imagem, na imagem projetada na estrutura social, no seu sistema de valores e no seu “percurso identitário” ( Paiva, 2001), ameaça a sua condição e qualidade de vida (Hirata, 2002) desafiando os projetos nacionais de desenvolvimento e de sustentabilidade. O conjunto de todos esses fatores influenciou e se repercutiu nas propostas e estratégias políticas dirigidas as novas organizações da EJA, possibilitando o surgimentos de programadas de alfabetização de pessoas jovens e adultas voltadas para propiciar aos trabalhadores condições de melhorar suas chances de trabalho e suas qualidades de vida e suas sociabilidades, fatores capazes de promover as propostas de desenvolvimento humano e sustentável (Unesco, 2000, p. 266).

### **III – A educação de jovens e adultos e as propostas de desenvolvimento**

Os debates contemporâneos sobre o conceito e aplicação da noção de desenvolvimento e de sustentabilidade, colocaram no mesmo patamar de discussão os avanços e consequências da globalização, das mudanças nas reestruturações produtivas e a redefinição do papel do Estado. Foi neste contexto que duas concepções ganharam relevo: uma primeira, sobre a noção de desenvolvimento humano e compreendida através da dimensão social e a preocupação com as desigualdades sociais crescentes no mundo e a segundo,

sobre o desenvolvimento sustentável, abrangendo a dimensão ambiental e os limites da relação sociedade e natureza. A síntese da junção entre a dimensão humana, a social e a natureza se expressou nas seguintes condições provocadora de desenvolvimento a) a igualdade de oportunidades para todos os membros da sociedade humana; b) a sustentabilidade dessas oportunidades de uma geração para a seguinte; c) a habilitação das pessoas para participar e se beneficiar dos processos de desenvolvimento

Correlacionando estas condições provocadoras de desenvolvimento com as condições concretas de um estado como o da Paraíba, é possível prever que as suas frágeis bases sócio- econômicas e culturais, freiam os fatores endógenos de geração de crescimento e desenvolvimento (Haddad, 1996: 128), prejudicando a sua competição nos processos globalizantes e no atendimento das necessidades de organização e nas necessidades sociais da sua população, restringindo os objetivos desenvolvimentistas. A ampliação do desemprego ou “ausência de trabalho”, seja nos moldes tradicional como nos da nova ordem econômica, a ausência de escolaridade de grande parte de sua população, a ausência de saúde, as desigualdades existentes e o descuido com a natureza faz com que a aplicação do conceito de desigualdade, sintetizada nas premissas “formação das capacidades humanas” - saúde, saber e qualificação - e “utilização que as pessoas dão às suas capacidades”, - fins produtivos, lazer, uso cultural e político-, priva grande parte da sua população de desfrutar das liberdades promovidas (e provocadoras) de desenvolvimento.( Sen, 2000).

De todo modo, ainda quando a Paraíba seja um Estado com graves e profundas dificuldades para se inserir na economia competitiva – global e nacional – ela não fica imune às suas influências e conseqüências. A globalização vem, gradativamente, modificando o mundo do trabalho, obrigando aos trabalhadores conviverem com as novas formas de aprendizagem requeridas pelas novas exigências e necessidades dos novos modelos, entre os quais a de equilibrar formas de produção e de trabalho diferenciados. Estes processos e aprendizagens explicam as “atividades produtivas, socialmente organizadas, pelas quais os seres humanos interagem criativamente com a natureza material”-, (Giddens, 1987:306)



transformando a natureza e, ao mesmo tempo, sofrendo os efeitos dessas transformações e dos contextos modificados.

Assim, os reflexos dos processos de trabalho que se dão na totalidade global, entrelaçando-se a regulação internacional, aos fluxos de informação e comunicação, refletem-se no particular - no caso o mundo de trabalho paraibano -, gerando transformações localizadas nos campo da produção e das relações sociais concretas, repercutindo-se na estruturação das “experiências subjetivas dos indivíduos” - nas identidades - e intensificando crises, inclusive existências. (Paiva, 2001. págs. 141-2). São sobretudo devido a essas crise que as pessoas, para adaptar-se as novas situações, sentem maior necessidades de conhecer, aprender, escolher e vivenciar novas situações. São elas, as crises, que possibilita as mudanças, provocando – ou não – melhoria nas suas condições e qualidade de vida e de trabalho das pessoas. São, essas melhorias de vida e de trabalho, algumas delas propiciadas pela educação e qualificação do jovem e adulto, fatores que apontam para os processos e as oportunidades de liberdade, caracterizando, como entende Sen (2000) em processos de desenvolvimento humano e sustentável. Mas, no âmbito da realidade concreta do meio rural nordestina, fica difícil conceber melhoria e qualidade de vida e de trabalho, no segmento social de uma população trabalhadora identificada por compor os altos índices de analfabetismo da região – cerca de 49,6%, mesmo existindo um esforço para propiciar escolaridade a essa população, através da adoção de políticas educacionais e de qualificação. A alfabetização não é condição suficiente, ainda que necessária, para atender as novas exigências da produção. De todo modo há de se convir que a reestruturação produtiva não excluiu de todo a necessidade de conservar ocupações tradicionais de produção e que, em geral, estas ocupações são preenchidas por pessoas portadoras de baixa escolaridade – pessoas sem qualificação. Assim, é possível que os processos de aprendizagens relacionadas a modalidade da EJA (alfabetização, escolaridade e qualificação profissional) funcionem como respostas para atender as necessidades das atividades econômicas tradicionais ou as que exijam um nível elementar de complexidade nos seus processos de produção.

Nestas situações, portanto, a educação e a qualificação do jovem e adulto trabalhador estariam servindo como embrião propulsor de novas formas de trabalhos localizadas e capaz de dar resposta mais imediata às necessidades básicas dessas populações excluídas (Tiriba, op.cit: 212/214) ou em processo de exclusão. Na ótica do trabalho, a escolaridade aliada à qualificação passam a ser a possibilidade mais concreta de superação da exclusão social, entendida de forma restrita, às questões inerentes à inclusão ou manutenção do trabalhador no mercado ou perspectivas de contemplação das necessidades básicas de sobrevivência e de vida (Haan e Maxwell, 1998; Tiriba, op. cit). São essas condições de inclusão eixos iniciais para a transformação e processos provocadores de maiores oportunidades de liberdade: desenvolvimento e sustentabilidade.

#### **IV – Educação, trabalho, desenvolvimento e sustentabilidade.**

As agendas temáticas prioritárias da EJA para América Latina e o Caribe, selecionou como prioridade a alfabetização das pessoas jovens e adultas, vista como a possibilidade de acesso a cultura escrita, a educação e a informação.

Segundo documentos da UNESCO, existia até o final dos anos de 1990 um considerável número de pessoas maior de 15 anos que não sabiam ler nem escrever e que, também, não estudavam, mesmo quando as circunstâncias requeriam. A redefinição de categorias básicas sugerindo o conceito de alfabetização como o “acesso a cultura escrita, a educação e a informação”, (Idem. pág. 89) e como “parte de ações mais amplas onde o ler e escrever são recursos importantes para obter propósitos específicos”, (Unesco, 2000, p. 83) possibilita estabelecer um elo com as atuais formas de “participar no mundo” e com “as necessidades cotidianas”, priorizando-se o trabalho. Estabelecendo a ponte entre alfabetização/escolarização formal/qualificação e trabalho, concebe-se, seguindo Paiva (97, 49) que qualificação e “escolarização formal”, são conhecimentos adquiridos formalmente ou não e que a elevação média da escolarização eleva substancialmente a capacidade da população trabalhadora

tanto para ter acesso a cultura escrita e a informação, como para atender as necessidades cotidianas, ou seja, participar do mundo, entre os quais o mundo do trabalho. Como a falta de conhecimentos elementares da cultura escrita está diretamente relacionada com a falta de conhecimentos profissionais, fica difícil pensar que o trabalhador – mesmo aquele que executa atividades tradicionais – possa participar do “mundo” em mudanças e atender as suas necessidades cotidianas, apesar de possuírem outras formas de saberes e de experiências.

Por outro lado, nem todo empreendimento econômico passa por processo inovação tecnológico. No caso dos setores produtivos paraibanos existem aqueles que mesmo se modernizando e se automatizando, continuam preservados setores onde imperam formas tradicionais de produção, não exigindo, portanto, transformações radicais nas características da força de trabalho. Este é, por exemplo, o caso do setor canavieiro que introduziu princípios gerais da reestruturação produtiva e incorporou as inovações tecnológicas requerida pela modernização, mas que, por outro lado, continua “preservando e introduzindo atividades econômicas nos seus empreendimentos que fogem aos padrões modernos da produção, como o corte de cana manual.

A Usina São João, localizada no município de Santa Rita, Paraíba, se insere nessa situação. Até poucos anos atrás, o modelo de desenvolvimento e a estrutura da usina necessita de uma mão-de-obra que dispensava maior escolaridade ou qualificação. Entretanto, na contemporaneidade, as exigências da reestruturação produtivas fizeram com que esta usina modificasse as suas estruturas produtivas, tanto na forma de gestão, como na modernização dos setores das caldeiras, da preparação de cana, do processamento e da destilaria. Agora as novas atividades são operacionalizadas por equipamentos modernos e computadorizados, exigindo pessoas com maior escolaridade e conhecimento de informática para o seu manuseio. Estes procedimentos bateram de frente com a realidade local, composta de trabalhadores detentores de pouca escolaridade e qualificação e a empresa sente dificuldade de selecionar pessoas da comunidade.

Segundo depoimento do diretor de recursos humanos da empresa, muitos dos trabalhadores que ocupavam funções de motorista ou que atuavam na

caldeira foram transferidos para outras funções por não saberem ler e escrever, sendo contratados jovens com escolaridade alta e com prática em computação para assumirem estas funções. No caso do motorista, por exemplo, exige-se a carteira de motorista e os tratoristas, por não saberem ler, não estão conseguindo tirar a carteira. Dessa forma empresa não pode autorizar o transporte de cana pelas rodovias, senão é multada. Até recentemente o pessoal que perdia as suas funções originais eram transferidos para trabalhar com equipamentos ou em funções mais simples, evitando, ser despedido. A empresa, segundo depoimento do gerente, “está “sendo muito humana” por não dispensar o trabalhador. A impossibilidade do trabalhador continuar praticando suas rotinas de trabalho, provoca dores e sofrimentos por serem obrigadas a abandonarem as funções exercidas desde de “rapazinho”. As poucas mulheres analfabetas que trabalhavam na cana foram, entretanto demitidas sem muitas chances de ocupar outras funções na empresa. Assim atitudes de rebaixamento de função ou mudança para uma função inferior ou demissão, provoca uma crise identitária entre os trabalhadores ou os expõem, como descreve Hirata, a um “um processo de desvalorização simbólico (auto-imagem, imagem de seu lugar na estrutura social, crise de seu sistema de valores, etc.) (op. cit. 2202, pag.52).

No ano de 2007 trabalhavam na usina São João, cerca de 1400 pessoas, das quais 330 eram considerados “funcionários fixos” e os demais sazonais, convocados na época do corte. Deste montante, 80% eram analfabetos ou considerados analfabetos funcionais pela UNESCO. Apesar de toda essa situação, segundo o administrador, muitos eram os trabalhadores que não freqüentam os cursos de EJA oferecidos na empresa e nem demonstram interesse para freqüentá-los. De uma amostra efetivada com 40 trabalhadores quase 95% deles se incluem na categoria de analfabetos ou analfabetos funcionais. Os incluídos na categoria alfabetizado, apenas sabem ler e escrever precariamente tendo cursado os primeiros anos do ensino fundamental. Dentre os que não sabem ler e nem escrever e que freqüentam a escola de EJA, existem os que detêm mais de um ano de escola, mas que continuam sem saber ler e nem escrever, e apenas “assinam o nome”. Segundo suas opiniões a alfabetização contribuiu para as

peças “aprendem a fazer o nome, a falar e aprender mais coisas e a contar” (depoimento de um aluno). A escola é vista como algo bom porque ensina a “entender as coisas, ensinar a pessoa a ser gente e deixar de colocar o dedo e saber assinar o nome”. Os ensinamentos aprendidos na escola possibilitam que no cotidiano “tratem melhor as pessoas e assinem o nome”, e também, entender “o seu cartão de ponto”. A expectativa de aprender a ler e escrever bem é a de adquirir condições de “arranjar um melhor emprego” e “ ganhar um pouco mais para poder comprar o que quer”. (Depoimentos de alunos)

Nos documentos da CONFINTEA, a vinculação da escolaridade do jovem e do adulto ao trabalho é vista como fundamental para a melhoria das condições e qualidade de suas vidas. Quanto a qualificação do trabalho, no caso da usina em foco, a qualificação do trabalhador se configura apenas como um treinamento para o exercício das práticas laborais. Esses treinamentos segundo a administração, tem por objetivos prevenir os acidentes de trabalho, propiciar ao trabalhador conhecer melhor os processos de trabalho e propiciar uma melhor socialização na família e na comunidade. O objetivo final esperado é a melhoria da qualidade de vida e de trabalho, vistos como melhor relacionamento com a família, com os amigos e o melhor uso do salário. Para os trabalhadores, estes treinamentos recebidos lhes ajudam “a movimentar o corpo para prevenir acidentes” (estratégias utilizadas no corte de cana), a perceber que deveriam trabalhar melhor para produzir mais “ e ganhar de acordo com o que faz” ( a produção) e também, evitar “ não trabalhar errado e não receber reclamação”. Como percebido, o que se chama de treinamento para o trabalho mais parece estratégias de controle e de instrumentalização, não proporcionando ao trabalhador um tipo de qualificação capaz de lhes possibilitar mudar de trabalho ou de melhorar seus conhecimentos e competências, ampliando suas chances de atuar em outro tipo de trabalho caso seja dispensado pela empresa. Mas, também há de se reconhecer que uma maior e melhor qualificação para o trabalho está atrelada a uma maior escolarização, servindo de ajudar o trabalhador para este encontrar “nichos de atividades que lhe permita sua inserção ou reinserção no mundo do trabalho (Paiva, 98, p. 52). Por fim não como negar que nem a

alfabetização/escolarização e nem a qualificação profissional são condições suficientes para assegurar ao trabalhador ingressar no mercado de trabalho, permitindo melhorar as suas condições de vida e de trabalho. Alias, para alguns desses trabalhadores melhorar a vida pode significar “ajeitar a casa e ter tudo de bom para a família”. Melhorar de vida e, inclusive, “acertar na loto, em algum jogo que ganhe dinheiro”.(Depoimento de um trabalhador da cana).

Por fim, a atual compreensão das relação entre a educação de adultos e às perspectivas do desenvolvimento local e sustentável envolve, não propriamente, “a quantidade de coisas que se produz mas sim quanto dessas coisas produzidas resolvem efetivamente as necessidades das pessoas (McNeef) e quanto possibilita ampliar suas capacidades e opções de vida”. (Amartia Sen), ( Unesco, op. cit. pag. 260). Assim, o atual conceito de desenvolvimento engloba, além dos benefícios oriundos dos fatores econômicos, as possibilidades das pessoas resolverem suas necessidade e ampliarem suas opções para resolverem suas próprias vidas. Por sua vez, este conceito vêm acompanhada da noção da sua sustentabilidade, uma das preocupações apresentada no documento base da referida V CONFINTEA. Está escrito neste documento não ser possível “ pensar em um futuro sustentável sem abordar as relações entre os problemas ambientais e os atuais paradigmas de desenvolvimento”. (pág. 159). Note-se que a noção de sustentabilidade não se restringe a dimensão ecológica. A sua compreensão ampliada envolve problemas relacionados com a pobreza, a violência, as disparidades territoriais e a falta de democracia, focando as suas preocupações muito mais na qualidade de vida das pessoas do que no crescimento de bens materiais.

Neste entorno o papel da EJA é o de gerar capacidades para o jovem e adulto enfrente os seus problemas e os problemas da sua comunidade, ampliando as possibilidades de participação da sociedade civil na definição de política públicas. Será, portanto, através da educação, que o jovem e adulto tende a adquirir condições de ampliar e melhorar as suas condições de vida e as condições do seu entorno social.

Por ultimo, questionando os trabalhadores sobre a sua compreensão acerca dos conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade, alguns deles, por falta de familiaridade com o termo, “por vergonha”, ou receio de “errar”, disseram “não saber” elaborar a idéia ou “não ter lembranças” sobre os seus significados. Outras pessoas, entretanto, afirmaram que desenvolvimento é “evolução”, “ou “crescimento”, ou “cuidar, por exemplo de um plantio para futuramente melhorar a vida”. Também foi visto como “trabalhar melhor e possuir casa”, “começar primeiro a cortar cana e depois ir mudando de função” ou “fazer, tudo para que o Estado cresça cada vez mais”. Enquanto a noção de desenvolvimento foi vista como a possibilidade do ter e do fazer a noção de sustentabilidade foi definida como “responsabilidade”, “ter um trabalho para sustentar a família” ou “ter uma melhor condição de vida para si e para a família”. (Depoimentos dos trabalhadores)

### **V– Considerações**

Iniciei este texto indagando se no contexto da reestruturação produtiva e da sociedade do conhecimento, os processos de escolarização e de qualificação para o trabalho são capazes de melhorar as condições e qualidade de vida e de trabalho de pessoas analfabetos ou de pouca escolaridade que desempenham tarefas que até recentemente não requeriam escolaridade ou maior qualificação e, para tanto, tomei como referência de análises as situações educacionais de vida e de trabalho de um grupo de trabalhadores vinculados a uma usina de açúcar.

Considerarei que no mundo globalizado, regado pela informação e conhecimento, existe uma alta correlação entre uma maior formação escolar e mais oportunidades de emprego, ocupações de maior prestígio e maior salário. Mas, também, também tendo a admitir que a alfabetização, mesmo sendo apenas a porta de entrada de um longo percurso educacional é, entretanto, capaz de possibilitar mudanças de realidades e de gerar benefícios para indivíduos coletivos que a ela tiverem acesso, pois o mundo que exige uma maior escolaridade é apenas uma das partes de um sistema complexo. Neste sistema existem múltiplas e diferentes formas de organização e por isso, dependendo no nicho onde se situe

o indivíduo – ou grupos de indivíduos – a alfabetização pode significar um mecanismo capaz de garantir ou possibilitar benefícios e melhoria de qualidade de vida individual e coletivo. Com efeito, isso não significa que a simples alfabetização garanta preservação desses benefícios aqui considerados como desenvolvimento e sustentabilidade, uma vez que, sendo a sociedade uma organização em processos e transformação existem constantes transformações e novas exigências requerendo constantes adaptações às novas iniciativas. As novas exigências e demandas aliadas as necessidades de sobrevivência faz com que indivíduos e grupos modifiquem seus comportamentos em busca da sobrevivência adaptativa.

Assim que, se até recentemente determinados nichos do mundo do trabalho não exigia trabalhadores alfabetizados para suprirem as necessidades da produção hoje essas mesmas ocupações requerem pessoas que tenham no mínimo os conhecimentos escolares fundamentais e capazes de se adequarem às novas demandas. A necessidade da alfabetização para pessoas viverem o seu simples cotidiano, aqui compreendida como exigência da evolução e de preservação da organização social contemporânea, oportuniza ocorrer processos de desenvolvimento e de sustentabilidade e oportuniza pessoas participarem desses processos. Sem a alfabetização os indivíduos dificilmente terão condições de participar – ou continuar participando - das novas oportunidades advindas das metamorfoses da organização social em constantes mudanças.

Se é dada como verdade que trabalhar como cortador de cana durante toda uma vida – e ainda mais legar como herança para seus filhos – não é uma atividade prazerosa e nem capaz de propiciar qualidade a vida a um trabalhador, a perda desse trabalho, por si mesmo, provoca sofrimentos e infelicidades. Provoca perdas. Quando o trabalhador analfabeto, com idade entre os 30 e 40 anos, durante toda a sua vida não fez outra coisa senão cortar cana, ou transportar cana, ou trabalhar nas caldeiras da usina, todo o seu universo de valores e hábitos, fica estruturados em torno de construções identitárias estáticas, ou seja, restritas a estórias de vidas referenciadas por essa condição de trabalho. A herança ocupacional relacionados com a cana e legada pelos pais



faz com que o sentimento de medo da perda do emprego seja superior ao da insatisfação com o tipo de trabalho que executa. Acrescente o fato desse indivíduo não ter escolaridade o que aumenta sua ansiedade e sua insegurança de romper com os vínculos de trabalho existentes. Por isso, as noções de melhoria e qualidade de vida e de desenvolvimento e de sustentabilidade se apoiam nas condições concretas de trabalho que desempenham na usina. Por fim, é possível supor que a alfabetização possibilite a construção de outras percepções de mundo e de novas trajetórias, inclusive relacionadas a escolaridade e ao trabalho. É possível que essas novas trajetórias, mesmo ancoradas em situações de “riscos” (Beck, 1994; 1998), possibilitem ampliar os espaços para as práticas da liberdade. Liberdade vista como educação (Freire, 1977) ou como desenvolvimento (Sen, 2000) e sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, U. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad.** Barcelona, Piados.1998

BECK, U, GIDDENS A, LASH, S. **Modernización reflexiva. Política, tradición y estética en la orden social moderna.** Madrid: Alianza Universidad, 1994

BANCO MUNDIAL. **O Trabalhador e o processo de integração mundial. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial.** Washington. D.C., 1995.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **SENFOR Plano Nacional de Educação Profissional. PLANFOR. Trabalho e Empregabilidade.** 1997.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **PNQ. Plano Nacional de Qualificação.** Brasília. DF. 2003

ELSTER, Jon. **Alquimias de la mente. Las racionalidade y las emociones.** Barcelona, Paidós, 2002.

GIDDENS, A. **Um mundo desbocado. Los efectos de la globalización:** Madrid, Taurus, 1987.

PRESTES, Emília Maria da Trindade. **Repensando o conceito de educação profissional, empregabilidade e competência no estado da Paraíba: tentativa de um avanço metodológico.** In: Plano Estadual de Qualificação Profissional. Avaliação do Programa de 1997. UFPb/CCSA/CME/PPGE-CE, 1998.

\_\_\_\_\_. **Políticas educacionais para o trabalho em contexto populares.** In: Scocuglia, Afonso Celso e Melo Neto, José Francisco. Educação popular: Outros Caminhos. João Pessoa: Editora Universitária, 1999, p. 153-168.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Recife, Paz e Terra. 1977

HIRATA, Helena Sumiko e PRÉTECEILLE Edmond. **Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica: o debate das ciências sociais na França.** Cadernos CRH, Salvador, n.37, p. 47-80, jul./dez., 2002.

PAIVA, Vanilda. **Painel: Reestruturação Produtiva, Emprego e Qualificação Profissional. Anais do 10. Congresso Estadual de Qualificação. Educação Profissional, Emprego e Renda.** Salvador, 10-21 de nov. p. 46-53. 1997

PAIVA, Vanilda e CALHEIROS, Vera. **Nova era capitalista e percursos identitários alternativos.** Cadernos CRH, Salvador, n.34, p. 141-174, jan./ jun. 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002

UNESCO e CEAAL e CREFAL e INEA. **La educación de personas jóvenes y adultas en America latina y el Caribe. Prioridades de acción en el siglo XXI.** Santiago do Chile, mayo. 2000.

UNIRIO. **Projeto de Avaliação Diagnóstica da EJA. Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola.** Guia do Pesquisador. 2003.

HAAN, Arjan.e Maxwell. **Social Exclusion: An Alternative Concept for Study of Deprivation.** In: IDS Bulletin. Poverty and Social Exclusion In North and South. V.29, Number 1, jan. 1998. Pag.10/19.

HADDAD, Paulo Roberto, **Os Impactos do novo ciclo sobre os desequilíbrios regionais.** In: O Real, O crescimento e as Reformas. Veloso, João Paulo dos Reis (organizador). Rio de Janeiro, José Olympio. 1996.

SILVEIRA GODOY, Rosa Maria. **Educação, História e Política. Texto Apresentado na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.** Natal, RN. L998. Texto cópia.

\_\_\_\_\_ CAPES, **Plano NE de Pós-Graduação e Pesquisa. Uma Visão Estratégica.** Texto. 1998.

TIRIBA, Lia Vargas. **Economia Popular e Produção de Uma Nova Cultura do Trabalho: Contradições e Desafios Frente à Crise do Trabalho Assalariado.**

In: Frigotto, Gaudêncio (organizador). *Educação e Crise do Trabalho. Perspectivas de final do Século.* Petrópolis, R.J. Vozes, 1998. pgs. 189/216